



CONCURSO PÚBLICO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO – ALEMA – 2022

Prova Objetiva e Redação – Nível Superior TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – CONTADOR – FINANÇAS PÚBLICAS –



DA PROVA E DO GABARITO

- A prova objetiva possui 50 questões objetivas do tipo múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório.
- Cada questão possui 4 (quatro) opções de resposta (A – B – C – D), com apenas uma alternativa correta.
- O gabarito será divulgado no dia **02/05/2022**.



DURAÇÃO DA PROVA

- A Prova terá início às 14 horas e 15 minutos.
- O candidato terá 4 horas para realizar a prova, marcar o Cartão de Respostas e a Folha de Redação.
- Após 1 hora do início efetivo da prova, é permitido ao candidato retirar-se da sala, sem o Caderno de Questões.
- Será permitido ao candidato levar o Caderno de Questões quando faltar 30 minutos para o término da prova.



OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Conferir no Cartão de Respostas seus dados pessoais, nome, número de inscrição, documento de identidade e cargo.
- Conferir a numeração das questões e das páginas do Caderno de Questões.
- Usar apenas caneta esferográfica preta ou azul de corpo transparente.
- Evitar rasurar o Cartão de Respostas e a Folha de Redação.



DAS VEDAÇÕES

- É proibido ausentar-se da sala de posse do Cartão de Respostas ou desacompanhado.
- Não será permitida a substituição do Caderno de Questões do Cartão de Respostas e da Folha de Redação, por erro do candidato.
- É proibido o uso de qualquer espécie de dispositivos eletrônicos, bem como bonés, adereços de cabeça, chapéus, relógios digitais, analógicos ou qualquer material de consulta.
- Dispensar tratamento descortês à equipe de aplicação de provas.

Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa Nível Superior

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 8.

Os fora-fila

Todos os dias, milhões de brasileiros perdem horas preciosas em filas de ônibus, e reclamam corretamente dos oportunistas fura-fila. Poucos percebem os fora-fila: os que usam carros privados e os que não têm dinheiro nem vale-transporte. Há séculos, muitos brasileiros fazem fila para obter o que precisam, enquanto outros não têm direito nem mesmo de esperar em fila, por falta absoluta de dinheiro; enquanto outros não precisam se submeter a filas porque têm muito dinheiro.

Por causa das ineficiências econômicas, a palavra "fila" caracteriza o dia a dia dos brasileiros, mas por causa da injustiça social não se percebe os que estão fora das filas, de um lado e outro da escala de rendas. Alguns porque não precisam se submeter a elas, graças a privilégios e dinheiro, outros porque não têm o direito de entrar nelas. No meio, imprensados, os da fila, ignorando os extremos. Nós nos acostumamos a ver com naturalidade os que não precisam e ainda mais os que não conseguem entrar nas filas, por tratá-los como invisíveis.

No setor da saúde, nos indignamos com os que tentam furar a fila para tomar vacina, mas não percebemos a injustiça quando furam a fila ao usar dinheiro para o atendimento médico de um pediatra para o filho, de um dentista e de profissionais de todas as outras especialidades que não estão disponíveis no SUS, com a urgência necessária. Apesar do nome, o sistema nacional de saúde não é único: de um lado, tem o SUS com suas filas; e, do outro, o SEP - Sistema Exclusivo de Saúde - sem fila para os que podem pagar.

Todos condenamos os fura-fila do SUS para tomar vacina, mas todos aceitamos que se fure a fila nas demais especialidades médicas, inclusive cirurgias, por meio do uso do dinheiro. Em alguns casos, há reclamação quando a fila se organiza por um pequeno papel numerado, mas não se protesta quando, perto dali, o atendimento é imediato, porque no lugar do papel com o número da fila usa-se papel moeda. Aceita-se furar fila graças ao dinheiro. Nem se considera como fura fila. São os fora-fila, aceitos por convenção de que o dinheiro pode comprar saúde.

Na moradia, alguns entram na fila do programa Minha Casa Minha Vida; outros não precisam,

compram diretamente a casa que desejam e podem; outros também não entram na fila, porque não têm as mínimas condições de financiamento.

O mesmo vale para a educação. Em função do Coronavírus, o Brasil descobriu que algumas boas escolas, em geral pagas e caras, com ensino remoto, computadores e internet em casa, permitem que alguns cheguem ao ENEM com mais possibilidade de aprovação do que outros. Apesar de que a aprovação é conquistada pelo mérito do concorrente, os aprovados se beneficiaram da exclusão de muitos concorrentes ao longo da educação de base.

A desigualdade na qualidade da escola desigual o preparo entre os candidatos, como uma forma de empurrar alguns para fora e outros para a frente da fila. De certa forma, alguns furaram a fila para ingresso na universidade, por pagarem uma boa escola ainda na educação de base. E não há reclamação porque os fora da fila são invisíveis, porque não concluíram o Ensino Médio, ou concluíram um Ensino Médio sem qualidade que não lhes deu condição sequer de sonhar fazer o ENEM.

Tanto quanto os que não podem pagar o transporte público não entram na fila do ônibus, os analfabetos (12 milhões de brasileiros) não entram na fila do ENEM para ingresso na universidade. Foram excluídos da formação, por falta de oportunidade para desenvolver o talento no momento oportuno da educação de base, e, por isso, ficam impedidos de disputar, por mérito, uma vaga na universidade.

Ninguém fura fila para chegar à seleção brasileira de futebol, porque todos tiveram a mesma chance. A seleção é pelo mérito, graças ao fato de que a bola é redonda para todos, independentemente da renda.

Temos a preocupação de assegurar os mesmos direitos para obter vacina, não o mesmo direito para a qualidade e a urgência no atendimento de saúde e de educação, independentemente da renda e do endereço da pessoa. Nem ao menos consideramos que há injustiça em furar fila usando dinheiro para ter acesso à educação e à saúde de qualidade. É como se fosse normal furar fila por se ter muito dinheiro e normal ficar fora da fila por falta total de dinheiro. No meio, ficam os que, por pouco dinheiro, ficam na fila e se indignam com os que tentam desrespeitar a ordem, sem atentar para os fora da fila nos carros, ou os fora da fila caminhando. Os primeiros aceitamos pelas leis do mercado, os outros tornamos invisíveis.

Questão 01

O autor do texto apresenta, ao longo da discussão, o sentido do termo "Os fora-fila". Nesse contexto, é possível afirmar que o conceito de "Fora-fila" está associado à(s):

- (A) formas como as pessoas se comportam mediante as diferentes ofertas a elas impostas pela sociedade com base em um critério sociopolítico e tecnicista.
- (B) realização social de determinadas pessoas, no que tange às suas escolhas políticas e ao modo como a sociedade dá visibilidade a outras pessoas sem expressividade.
- (C) maneira como certos indivíduos são tratados em virtude de seu nível intelectual e acadêmico enquanto os demais são marginalizados socialmente.
- (D) oportunidades que alguns indivíduos têm em função de suas condições econômicas e à situação de invisibilidade de outros aos olhos da sociedade.

Questão 02

"Todos os dias, milhões de brasileiros perdem horas preciosas em filas de ônibus, ..."

A reescritura da passagem em destaque, que mantém também a norma culta da Língua Portuguesa, é:

- (A) milhões de brasileiros, todos os dias, perdem horas preciosas em filas de ônibus.
- (B) milhões de brasileiros, perdem horas preciosas todos os dias, em filas de ônibus.
- (C) todos os dias milhões de brasileiros perdem horas, preciosas em filas de ônibus.
- (D) todos os dias, milhões de brasileiros perdem, horas preciosas em filas de ônibus.

Questão 03

O texto de Cristóvam Buarque é um artigo de opinião. Com base no gênero apresentado, o texto "Os fora-fila", em termos de tipologia, é predominantemente:

- (A) descritivo.
- (B) expositivo.
- (C) argumentativo.
- (D) narrativo.

Questão 04

O uso da primeira pessoa do discurso na construção textual provoca um impacto junto ao leitor. Tal situação pode ser evidenciada, pois:

- (A) a marca de primeira pessoa do plural deflagra um desejo do enunciador de criar um impasse, no que diz tange às ideias do leitor, instigando a destreza opinativa.
- (B) o uso do "nós" pode fazer o leitor se sentir parte integrante do texto e isso promove um grau de aproximação entre as partes do discurso no texto.
- (C) o texto em "nós" impõe uma opinião ao leitor e determina a forma como ele precisa pensar o texto em termos de ideias e de visão acerca do mundo.
- (D) a primeira pessoa do plural induz o leitor a pensar da mesma maneira que o enunciador e tal fato determina a certeza de que não há controvérsias nas opiniões.

Questão 05

"Nós nos acostumamos a ver com naturalidade os que não precisam e ainda mais os que não conseguem entrar nas filas, por tratá-los como invisíveis." O termo sublinhado refere-se a algo anteriormente mencionado no texto. Nesse caso, o pronome em destaque estabelece uma relação de referência a:

- (A) grupos sociais que possuem ojeriza a filas em função de seu histórico socioeconômico.
- (B) cidadãos que repudiam fazer parte de filas, já que não conseguem se ver em tal situação.
- (C) indivíduos que não precisam entrar em filas porque possuem tudo o que desejam.
- (D) pessoas excluídas socialmente a ponto de não terem razão para entrarem em filas.

Questão 06

"Ninguém fura fila para chegar à seleção brasileira de futebol..." Na passagem em destaque, o termo sublinhado exerce função sintática de sujeito:

- (A) composto.
- (B) simples.
- (C) inexistente.
- (D) indeterminado.

Questão 07

"Temos a preocupação de assegurar os mesmos direitos para obter vacina..." O termo sublinhado pertence à classe das preposições. Nesse contexto, a preposição sublinhada apresenta valor semântico de:

- (A) consequência.
- (B) instrumento.
- (C) finalidade.
- (D) localização.

Questão 08

"... compram diretamente a casa que desejam..." O termo sublinhado exerce igual função sintática, na oração em que está inserido, daquela destacada em:

- (A) os visitantes exploram as trilhas.
- (B) as escolas precisam do apoio familiar.
- (C) naquela cidade, a vida era pacata.
- (D) o local estava tranquilo demais.

Questão 09

"Em alguns casos, há reclamação quando a fila se organiza por um pequeno papel numerado, mas não se protesta quando, perto dali..." Nesse contexto, as conjunções sublinhadas apresentam, respectivamente, valor semântico de:

- (A) tempo e oposição.
- (B) alternância e oposição.
- (C) proporção e conformidade.
- (D) conformidade e alternância.

Questão 10

"... porque no lugar do papel com o número da fila usa-se papel moeda." O "se" pode ser classificado, sintaticamente, de igual maneira em:

- (A) garante-se informação verdadeira aqui.
- (B) mora-se em um lugar extremamente perigoso.
- (C) vive-se bem na cidade do Rio de Janeiro.
- (D) necessita-se de apoio em decisões importantes.

Conhecimentos Gerais - Legislação Nível Superior

Questão 11

Conforme o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a declaração de renúncia ao mandato de Deputado se tornará efetiva e irretratável:

- (A) depois de lida no expediente e publicada no Diário da Assembléia.
- (B) após a entrega da declaração de bens atualizada e assinatura da ratificação do termo de renúncia.
- (C) depois de aprovada pela Assembléia.
- (D) a partir do momento que é entregue à Mesa.

Questão 12

Conforme o Estatuto do Servidor Público do Estado do Maranhão, há situações onde o servidor público poderá se afastar do exercício de suas funções sem prejuízo de sua remuneração. Avalie as hipóteses abaixo:

- I - para doação de sangue, por 1(um) dia;
- II - por até 7 (sete) dias, por motivo de casamento;
- III - quando convocado para participar de júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- IV - por motivo de alistamento eleitoral, até 1 (um) dia;
- V - para exercer atividade político-partidária;

Aponte dentre as opções de resposta, a que cita os casos em que não haverá desconto no salário do servidor:

- (A) I, III, IV e V.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II e IV.

Questão 13

Sobre o direito de petição do servidor, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho, pode-se afirmar que prescreve em:

- (A) 05 (cinco) anos a contar data de publicação do ato impugnado ou 120 (cento e vinte) dias da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
- (B) 120 (cento e vinte) dias a contar data de publicação do ato impugnado ou 05 (cinco) anos da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
- (C) 05 (cinco) anos a contar data de publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
- (D) 120 (cento e vinte) dias a contar data de publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Questão 14

João, servidor estável, foi demitido após os trâmites de processo administrativo por abandono de cargo. Tempos depois move ação judicial com a finalidade de comprovar que sua demissão foi injusta, ao final do processo sentença declara que a demissão foi injusta e determina a reinvestidura de João no cargo que ocupava anteriormente.

Nesta situação hipotética, o provimento do cargo público se dará através de:

- (A) reintegração.
- (B) readaptação.
- (C) recondução.
- (D) reverso.

Questão 15

Ocorrerá aposentadoria compulsória de servidor público na seguinte hipótese:

- (A) quando o servidor sofrer acidente em serviço e, em decorrência disso, não seja mais capaz de exercer sua função.
- (B) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher.
- (C) quando o servidor completar 70 anos de idade.
- (D) quando o servidor for acometido por moléstia incurável.

Questão 16

Em caso de incapacidade civil absoluta julgada por sentença de interdição ou comprovada através de perícia médica passada por junta nomeada pela Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), o Deputado:

- (A) será suspenso do exercício do mandato parlamentar, com perda da remuneração, até que sua capacidade seja atestada por junta médica constituída de cinco médicos, estranhos ou integrantes dos quadros da ALEMA, desde que de reputada idoneidade profissional.
- (B) deverá ser cassado do mandato parlamentar, pois a casa legislativa a qual pertence fará um julgamento político acerca da razoabilidade, proporcionalidade e conveniência do exercício das suas funções parlamentares.
- (C) será suspenso do exercício do mandato parlamentar, sem perda da remuneração, até que sua capacidade seja atestada por junta médica constituída de três médicos de reputada idoneidade profissional, estranhos aos quadros da ALEMA
- (D) perderá o mandato parlamentar, em função da perda dos direitos políticos, conforme disposto no Art.15 da Constituição Federal.

Questão 17

Célio, servidor estável da ALEMA, foi eleito como Prefeito e deverá cumprir mandato eletivo pelo período de quatro anos. Assim, deverá ser afastado de seu cargo na ALEMA.

Analise as afirmativas a seguir:

I - Célio, por ter sido afastado de suas funções na ALEMA, ficará obrigatoriamente com a remuneração do cargo de Prefeito

II - Célio continuará contribuindo para a previdência social como se em exercício estivesse

III - Célio, em caso de necessidade da administração pública, não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa de onde está exercendo seu mandato

Considerando as disposições contidas no Estatuto do Servidor Público do Maranhão, marque a opção que cita a(s) afirmativa(s) correta(s):

- (A) I e III.
- (B) II.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.

Questão 18

Durante o estágio probatório, o servidor será avaliado para o desempenho do cargo. Nesta avaliação serão considerados os fatores de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. Informe a duração do período de estágio probatório, conforme disposto no Estatuto do Servidor Público do Estado do Maranhão:

- (A) 24 meses.
- (B) 36 meses.
- (C) 18 meses.
- (D) 12 meses.

Questão 19

Dentre as opções apresentadas a seguir, indique a que NÃO é uma das finalidades dos projetos de decreto legislativo:

- (A) fixação do subsídio e da representação do Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado.
- (B) aprovação da indicação dos membros do Tribunal de Contas do Estado e outras indicações que a lei especificar.
- (C) licença para Deputados desempenharem missão diplomática em caráter transitório.
- (D) sugerir medidas de interesse público que não sejam de competência da Assembléia Legislativa, e sim de iniciativa exclusiva dos demais Poderes.

Questão 20

Dentre as várias condições para o trâmite regular de uma iniciativa popular de lei, indique a opção INCORRETA entre as opções a seguir:

- (A) assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral.
- (B) não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania escoimá-lo dos vícios formais para sua regular tramitação.
- (C) cada projeto de lei poderá circunscrever-se mais de um assunto, devendo, neste caso, ser revisado pela Comissão de Constituição, Justiça, Redação Final e Legislação Participativa, para que, caso necessário, sofra as devidas adequações e possa tramitar corretamente.
- (D) o projeto será protocolizado perante a Secretaria da Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação.

Conhecimentos Gerais - Informática Nível Superior

Questão 21

O Excel tem o recurso de arredondar os números para cima ou para baixo, e ainda pode-se escolher a quantidade de casas decimais nesses arredondamentos.

Considerando o comando de arredondar para baixo, a utilização correta desse é:

- (A) =ARREDONDAR.PARA.BAIXO(A3:0)
- (B) =ARREDONDAR.PARA.BAIXO(A3;0)
- (C) =ARREDONDAR.BAIXO(A3;0)
- (D) =ARREDONDAR.BAIXO(A3:0)

Questão 22

A tecnologia de SSHD (Solid State Hybrid Disc) está sendo utilizada como uma alternativa ao uso de HD e SSD (Solid State Drive). Dentre as características do SSHD, destaca-se que o SSHD:

- (A) é um híbrido entre SSD e HD com a pequena desvantagem de necessitar de bateria para não perder as informações gravadas no SSD.
- (B) utiliza uma memória volátil em sua estrutura trabalhando em conjunto com o disco magnético para gravarem as informações permanentes do sistema.
- (C) é uma alternativa mais barata do que o SSD e um pouco mais cara que o HD, tendo o desempenho superior ao HD, mas com o tempo de latência na leitura e gravação um pouco maior do que do HD
- (D) é um HD com um pequeno SSD utilizados em conjunto, com o objetivo de criar um buffer de memória e ganhar velocidade de leitura e escrita.

Questão 23

Nos computadores, existem diversos tipos de memória utilizadas; algumas ficam na placa-mãe, outras no processador, algumas ficam no gabinete ligadas à placa-mãe através de cabos. Dentre essas memórias, a alternativa que apresenta apenas memórias voláteis é:

- (A) BIOS, CACHE, ROM.
- (B) CMOS, RAM, CACHE.
- (C) RAM, CACHE, HD.
- (D) CMOS, RAM, SSD.

Questão 24

Uma forma de se agrupar arquivos para envio posterior é a criação de um arquivo compactado. A extensão de arquivo compactado é:

- (A) .doc
- (B) .rar
- (C) .pdf
- (D) .xls

Questão 25

Ao formatar o texto no editor Word, buscando alterar as características da fonte utilizada, o usuário pode clicar na faixa de opções: tamanho de fonte, tipo de fonte, entre outras. Outra opção para acessar essas e outras configurações para a fonte é pressionar:

- (A) Ctrl+Shift+P
- (B) Ctrl+Shift+F
- (C) Ctrl+Shift+>
- (D) Ctrl+Shift+<

Questão 26

Ao utilizar o editor de texto WORD erroneamente, o usuário digitou todo parágrafo em minúsculo mas desejava que fosse maiúscula. A maneira mais simples de corrigir essa falha é selecionando o texto e pressionar:

- (A) Shift+F3.
- (B) Ctrl+F3.
- (C) Ctrl+F5.
- (D) Shift+F5.

Questão 27

O Excel permite a junção de textos e números de várias células em uma só. Utilizando esse recurso conforme a imagem a seguir, o resultado esperado da célula é:

	A	B	C	D
1	Dias	Mês	Ano	
2	6	3	2022	
3	8	9	2021	
4				
5	=A2 & "de"&B2 & "de" &C2			
6				

- (A) 6demarçode2022
- (B) 6 de março de 2022
- (C) 06 de março de 2022
- (D) 6de3de2022

Questão 28

Utilizando o Excel, é verificado que há tarefas que necessitam ser executadas repetidamente. Uma alternativa para automatizar essa ferramenta é:

- (A) criar uma macro.
- (B) criar a rotina em C++ e importar para o Excel.
- (C) iniciar a célula com "=" e descrever o comando dentro da célula.
- (D) utilizar gravador de tela e selecionar a opção de repetir o vídeo.

Questão 29

O HDD (Hard Disk Driver), também conhecido com HD, pode ser substituído por um produto que está sendo difundido atualmente. Nesse caso, o hardware que está em ascensão é:

- (A) CMOS(Complementary metal-oxide-semiconductor).
- (B) BD-R (Blu-ray Recordable Disc).
- (C) SSD (Solid State Drive).
- (D) Pendrive.

Questão 30

Ao utilizar o computador, o usuário observa que o sistema está bastante lento. A ferramenta do sistema que propicia a verificação do que está acontecendo com os recursos de hardware é:

- (A) gerenciador de tarefas.
- (B) gerenciamento de disco.
- (C) explorador de arquivos.
- (D) gerenciador de dispositivos.

Contador - Finanças Públicas

Questão 31

Roberta foi contratada para trabalhar como analista de sistemas de uma grande empresa multinacional do setor energético. Após 12 meses de árduo trabalho e de muitas entregas para a empresa, Roberta questionou seu Chefe sobre o período em que ela poderia usufruir do seu direito de férias.

Carlos, chefe de Roberta, informou que, geralmente, a concessão de férias se dava por um único período de 30 dias, mas que Roberta poderia solicitar que suas férias fossem divididas em até:

- (A) 3 períodos, sendo que um deles não poderia ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderiam ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- (B) 4 períodos, sendo que um deles não poderia ser inferior a 10 dias corridos e os demais não poderiam ser inferiores a cinco dias corridos, cada um
- (C) 2 períodos, obrigatoriamente, sendo cada período de 15 dias.
- (D) 5 períodos, sendo a escolha sobre a quantidade de dias do período determinado por ato do empregador.

Questão 32

O autor James Giacomoni, na célebre obra *Orçamento Público*, 18 ed., nos informa que "a vedação da vinculação de impostos a órgão, fundo ou despesa atende ao postulado básico do direito tributário que concebe os impostos como a fonte de recursos que viabiliza o funcionamento do Estado, principalmente de suas funções básicas."

De acordo com a explicação acima, podemos compreender que se trata do seguinte princípio orçamentário:

- (A) Da unidade.
- (B) Da não afetação das receitas.
- (C) Da exclusividade.
- (D) Da universalidade.

Questão 33

Bernardo, cidadão brasileiro, após verificar os requisitos para que pudesse usufruir de um direito social garantido pela legislação, foi até ao órgão público competente, apresentou toda a documentação necessária e fez o seu requerimento. No entanto, Roberta, servidora pública com competência para analisar o pleito, decidiu por indeferir-lo, sem apresentar qualquer motivação, de maneira arbitrária.

Insatisfeito com a decisão, Bernardo procurou a Defensoria Pública Estadual e recebeu a informação de que poderia ingressar com uma ação perante o Poder Judiciário. Já que não existe a necessidade de produzir novas provas, diante da farta documentação, Bernardo poderá ingressar com :

- (A) Mandado Judicial.
- (B) Mandado de Injunção.
- (C) Mandado de Segurança.
- (D) *Habeas corpus*.

Questão 34

José, servidor efetivo da Assembleia Legislativa, ficou em dúvida sobre a maneira como uma determinada Administração Municipal extinguiu um ato discricionário. Ao analisar a manifestação do gestor público competente no processo administrativo, José verificou que o ato foi considerado inoportuno ou inconveniente, ou seja, por razões de mérito administrativo, a autoridade competente decidiu pela extinção do ato.

Nesse sentido, a modalidade de extinção do ato administrativo utilizada pela autoridade competente foi:

- (A) Cassação.
- (B) Caducidade.
- (C) Revogação.
- (D) Anulação.

Questão 35

Marina, vendedora em um consultório médico, questionou à sua amiga, Carla, sobre a possibilidade de realizar horas extras para aumentar sua remuneração. Carla disse que a duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, como reflexo de direitos de proteção ao empregado, desde que seja excepcional e cumpridos os requisitos legais.

Ao analisar a Consolidação das Leis Trabalhistas, Marina compreendeu que, acerca do acréscimo e remuneração de hora extra, é correto afirmar que:

- (A) O acréscimo de horas extras só poderá ser autorizado mediante acordo coletivo.
- (B) O acréscimo de horas extras poderá ser de, no máximo, 1 hora por dia.
- (C) A remuneração será de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.
- (D) A remuneração só poderia ser acrescida, caso ela tivesse ingressado antes de 2017, quando a legislação trabalhista foi modificada.

Questão 36

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. De acordo com a CRFB/88, ao verificar a existência de ilegalidade em ato administrativo, o Tribunal de Contas poderá:

- (A) em caso de ilegalidade de despesa, aplicar a penalidade de cassação dos direitos políticos aos responsáveis.
- (B) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- (C) sustar imediatamente o ato ilegal e, em sequência, assinar prazo para que o órgão adote as providências legais.
- (D) comunicar ao Congresso Nacional, já que somente o Poder Legislativo pode sustar um ato administrativo.

Questão 37

O Município Alfa, por meio de sua Secretaria Municipal de Ordem Pública, iniciou diversos processos administrativos para interromper a escalada de obras irregulares em alguns bairros dominados pelas forças paralelas.

Durante a realização de uma dessas operações, os agentes municipais demoliram um prédio de 4 andares irregular, que estava sendo construído e, por descuido dos operadores do maquinário, causaram prejuízos a imóveis vizinhos, que, além de regulares, nunca foram alvo daquela fiscalização. De acordo com a doutrina majoritária, o poder de polícia pode ser conceituado como atividade:

- (A) Oriunda do poder de império que não gera responsabilidade ao Estado.
- (B) Estatal que tem como atributos a presunção de legalidade, autoexecutoriedade e imperatividade.
- (C) Do Estado que atua em prol do interesse privado de cada cidadão.
- (D) Do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

Questão 38

O conceito de Administração Pública pode surgir de uma análise em sentido amplo - compreendendo órgãos de governo e administrativos no exercício da função política e administrativa - ou a partir de uma análise mais restrita - compreendendo, somente, os órgãos administrativos no exercício da função administrativa.

Podemos afirmar que a função administrativa é realizada:

- (A) Somente pelo Poder Executivo, sendo vedado o controle externo realizado por outro Poder.
- (B) Pelos órgãos públicos, sendo vedado aos Tribunais de Contas, já que somente auxiliam o Poder Legislativo no exercício do controle externo.
- (C) Por todos os poderes, órgãos e entidades que compõem a Administração Pública, sendo função típica do Poder Executivo.
- (D) Somente pelo Poder Executivo, já que, de acordo com a divisão de poderes e funções, essa função lhe é típica.

Questão 39

O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

Diante desta informação, contida no artigo 59, da CRFB/88, o Governador do estado Alfa consultou seu órgão de assessoramento para compreender sobre os assuntos que devem ser tratados por lei complementar, em matéria tributária e de finanças públicas.

O órgão informará ao Governador que, de acordo com a Constituição Federal/88, somente por lei complementar poderá ser:

- (A) instituída uma obrigação tributária acessória, como a escrituração de livros contábeis e fiscais.
- (B) instituído empréstimo compulsório, de competência da União para atender despesas ordinárias.
- (C) estabelecido o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.
- (D) tratado sobre assuntos específicos como a dívida pública externa e interna.

Questão 40

O Código Tributário Nacional trata de algumas situações que trazem grande impacto ao crédito tributário. A alternativa que indica, uma hipótese de extinção do crédito tributário é:

- (A) A moratória.
- (B) O depósito do seu montante integral.
- (C) A isenção.
- (D) A remissão.

Questão 41

Obrigação tributária é a relação jurídica instaurada a partir da prática de atos previstos em lei como suficientes para exigir de alguém o pagamento de tributos. **NÃO** é considerada pela legislação como um dos componentes da obrigação tributária a seguinte alternativa:

- (A) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (B) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (C) Base de cálculo é o elemento suficiente para se representar o objeto da obrigação tributária.
- (D) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Questão 42

A Lei de Improbidade Administrativa, Lei Federal n. 8.429/1992, sofreu recentes alterações implementadas pela Lei Federal n. 14.230/2021, passando a mencionar que a referida norma trata do sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa que tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.

A lei indica as seguintes penalidades que podem ser impostas aos sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa:

- (A) A penalidade de multa civil poderá ser de até 05 (cinco) vezes o valor dano, no caso de ato de improbidade que gere prejuízo ao erário, .
- (B) Ao cometer ato que importe em dano ao erário, por conduta dolosa ou culposa, pode ser aplicada a pena de cassação dos direitos políticos.
- (C) Caso um servidor seja processado por ato que importe em enriquecimento ilícito, poderá ser aplicada a pena de suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos, dentre outras.
- (D) Suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com a Administração Pública, multa, dentre outras, podem ser aplicadas ao sucessor ou ao herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que enriquecer ilicitamente.

Questão 43

A garantia do desenvolvimento nacional, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, podem ser conceituados como:

- (A) Objetivo fundamental e fundamento da CRFB/88, respectivamente.
- (B) Direitos individuais.
- (C) Garantia fundamental e princípio constitucional, respectivamente.
- (D) Princípios internacionais.

Questão 44

Acerca da competência tributária disposta na CF/88, podemos afirmar que aos Estados é permitido:

- (A) Instituir impostos, dentre eles o imposto territorial rural.
- (B) Instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia.
- (C) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais.
- (D) Cobrar tributos, no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Questão 45

A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Dentre os diversos objetivos que a CRFB/88 determina, é **INCORRETO** aquele apresentado na seguinte alternativa:

- (A) Proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- (B) Proteção ao empregador em situação de grave crise econômica e social.
- (C) Salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
- (D) Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

Questão 46

Ao realizar uma compra pública, o gestor deve considerar a expectativa de consumo anual e observar alguns princípios específicos, de acordo com a Lei 14.133/2021. A alternativa que apresenta um desses princípios é:

- (A) Consensualismo, devendo a contratação ser livre, de acordo com a vontade das partes.
- (B) Liberdade de contratar, sendo a licitação pública tratada como exceção.
- (C) Integralidade da aquisição, sendo vedado o parcelamento.
- (D) Padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.

Questão 47

Os créditos adicionais, previstos na Lei 4.320/1964, têm grande importância para a execução orçamentária, como mecanismos de retificação do orçamento. De acordo com a legislação, os créditos adicionais são suplementares, especiais ou extraordinários. Assim, de acordo com a Lei 4.320/1964, é correto afirmar sobre os créditos adicionais:

- (A) Os extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) Os especiais, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- (C) Os suplementares e os especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- (D) Os suplementares, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Questão 48

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Cada um dos Poderes exerce funções que são típicas, sendo possível encontrá-las diretamente no texto da CF/88. A alternativa que traz uma afirmação INCORRETA sobre a distribuição de competência dos órgãos que representam os Poderes, de acordo com o texto constitucional, é:

- (A) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (B) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- (D) É da competência exclusiva do Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

Questão 49

São princípios norteadores do direito do trabalho, EXCETO:

- (A) Princípio da proteção.
- (B) Princípio da primazia da realidade.
- (C) Princípio da renunciabilidade.
- (D) Princípio da continuidade da relação de emprego.

Questão 50

A nova lei geral de licitações e contratos administrativos, Lei 14.133/2021, trouxe algumas inovações no tratamento das sistemáticas de governança nas contratações públicas. Nesse sentido, pode-se afirmar, em relação aos agentes públicos que atuam com licitações e contratos, que:

- (A) A lei 14.133/2021 determina que o estudo técnico preliminar deve conter providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação dos gestores e fiscais de contratos.
- (B) Os tribunais de contas exercem a fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial; ocupam a primeira linha de defesa e devem promover eventos de capacitação para os servidores efetivos e empregados públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021.
- (C) Os agentes públicos devem ser, obrigatoriamente, servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente e devem possuir qualificação atestada por certificação profissional emitida por cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- (D) Para atuar como agente da contratação, é necessário ser servidor efetivo ou empregado público do quadro permanente, sendo vedada a atuação de agente público que tenha relação de parentesco, até o segundo grau, com licitantes ou contratados habituais da Administração.

Redação

Texto I

O turismo sustentável é caracterizado por atender às necessidades dos turistas sem causar prejuízos ao meio ambiente, minimizando impactos ambientais e promovendo benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos. Uma vez que a natureza é um dos principais atrativos turísticos de uma região, a sustentabilidade é essencial para o crescimento do turismo e para a preservação ambiental e cultural de uma região.

A sustentabilidade no turismo, portanto, concilia a preservação com o crescimento turístico, satisfazendo as necessidades econômicas, ambientais e turísticas. Para alcançar esses objetivos, as ações de turismo sustentável se baseiam especialmente em adaptar a infraestrutura, para que o impacto causado pelo fluxo de turistas seja o menor possível.

Um exemplo de sustentabilidade no turismo é um lugar que utiliza um rio como ponto de visitação: ele pode ser explorado de maneira responsável, com atividades que visem diversão e convivência responsável com esse recurso natural, sem causar qualquer tipo de dano a ele ou seu entorno.

Para isso, torna-se necessária a criação de regras para a visitação, de modo a evitar que os turistas adotem ações prejudiciais ao ambiente. Por meio dessas normas de preservação, protege-se a vida ao mesmo tempo em que a economia se mantém ativa, unindo responsabilidade e desenvolvimento.

As ações de turismo sustentável também são muito eficientes para desenvolver a consciência socioambiental do turista, ensinando-o a importância de preservar a região e como suas ações podem impactar o meio ambiente e prejudicar as futuras gerações.

abildaadd-uissmmo
aq.com.br/blog/importancia-sustentabilidade-turismo/

Texto II

A potencialidade maranhense das cadeias produtivas é enorme, como exemplos temos o manejo da juçara, a produção de polpas, doces e geleias de frutas regionais como cupuaçu e bacuri que movimentam a bioeconomia estadual e ainda são a principal

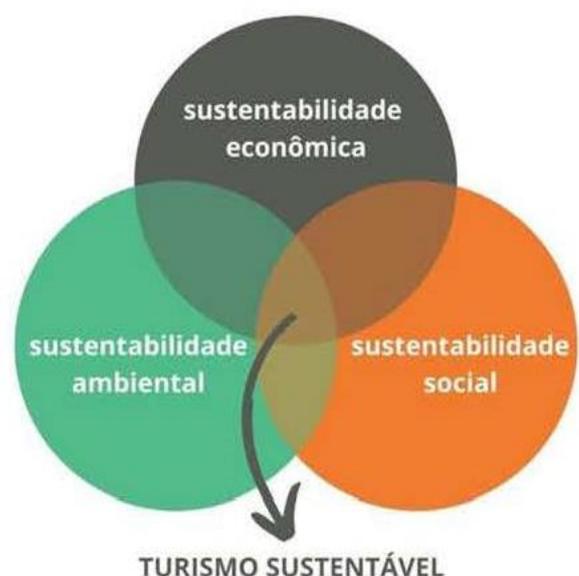
alternativa de renda e segurança alimentar para muitas comunidades tradicionais do estado. Pensando nisso, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) separou importantes informações sobre essas riquezas do Maranhão.

O turismo ecológico ou de base comunitária é parte dos serviços ecossistêmicos não materiais que a natureza nos oferece. É caracterizado pelo contato com os ecossistemas, bem como a realização de atividades que promovam a vivência social, o conhecimento científico sobre o ambiente visitado e curiosidades sobre os aspectos da cultura local, realizando, assim, maior integração entre visitantes e moradores locais.

A atividade, que atualmente é o ramo da indústria turística que mais cresce, visa também a proteção das áreas em que o ecoturismo acontece, além de ser uma ótima oportunidade para promover a educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

marannhene-dascaaeias-proddivvas-uuismmoec
ologconooestado
-das-cadeias-produtivas-turismo-ecologico-no-estado
- adaptado - 9/02/2022

Texto III



<https://quasenomade.com/o-que-e-turismo-sustentavel/>

Proposta de Redação

A partir dos textos motivadores e dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, elabore um texto dissertativo-argumentativo, com limite mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, no qual discuta a seguinte questão:

"A importância do turismo sustentável"

Em seu texto, você deve selecionar, organizar e relacionar, de forma consistente, coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa do seu ponto de vista.

